



A I R O N I A D O P R O J E T O E U R O P E U

A IRONIA
DO PROJETO EUROPEU



Rui Tavares

LISBOA:
TINTA-DA-CHINA
MMXII

*Em memória de Armando Tavares Pereira
(14 de novembro de 1929 – 9 de abril de 2012), meu pai.*

© 2012, Rui Tavares
e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua João de Freitas Branco, 35A
1500-627 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *A ironia do projeto europeu*
Autor: Rui Tavares
Revisão: Susana Moreira Marques
Composição e capa:
Tinta-da-china

1.ª edição: Novembro de 2012
isbn: 978-989-671-120-7
Depósito Legal n.º 351757/12

ÍNDICE

Introdução	II
1. A política e a linguagem europeia	35
2. A tragédia dos pequenos passos	51
3. A Europa partida ao meio	77
4. Não é irónico?	108
5. Como perdemos o nosso ano gogoliano	126
6. Quem tem medo da solidariedade?	146
7. O Doppelgänger	165
8. Será possível resolver os problemas da UE numa folha A4?	181
9. Perguntas ao futuro	223
10. Reformular: a esquerda e a Europa	265
Bibliografia	293

Já estivemos aqui antes.

Há cerca de um século a Europa contava com ímpares condições económicas, políticas e tecnológicas para construir um sistema de cooperação entre nações fundado sobre a emancipação pessoal. As ideias já estavam todas na mesa e havia milhões de pessoas que lutavam por elas. Muitas das questões de então, da finança descontrolada à legitimidade política esvaziada, eram as mesmas de hoje.

A Europa não as quis resolver pela via da cooperação mas pela do conflito e, em poucos anos ou meses, estalava a Primeira Grande Guerra. No século que entretanto passou, muitas das maiores tragédias que a humanidade já viu tiveram origem na Europa ou em ideias europeias. Quando a vontade cívica falhou, as recaídas foram sempre medonhas: na Europa nasceu o fascismo, na Europa se deu o holocausto, na Europa se firmaram totalitarismos de sinal oposto. As consequências da Segunda Guerra Mundial, como a partição do continente, perduraram até há poucos anos. Um dos grandes casos de injustiça no mundo, o conflito israelo-palestiniano, tem raízes europeias (e poderia ter soluções europeias). A Europa de 1914 está ainda connosco nestas vésperas de 2014.

Em cada um desses momentos o caminho escolhido poderia ter sido outro. Não foi, mas não porque os nossos

antepassados fossem mais estúpidos ou menos teimosos do que nós somos. Tinham o mesmo potencial humano e a mesma capacidade para criar e atizar demónios que temos hoje. É fácil olhar para o passado e dizer: foi inevitável; aconteceu por necessidade histórica e nada se podia fazer. Fácil demais. A nossa história é como aquelas máscaras do teatro grego que dependem da forma de as segurarmos: de um lado, temos a tragédia e o choro; do outro, uma face sorridente.

É essa a lição da ironia, aquela figura de retórica fundada no engano, e por isso tão delicada quanto resistente. Podemos viver presos numa ironia, podemos até ser destruídos por ela, e aí chamar-lhe uma ironia *do destino*, quando afinal a ironia era só nossa. Mas uma ironia também se pode desfazer com uma palavra. Descobriremos então que não há fatalidade alguma que nos mereça otimismo nem pessimismo em estado puro, mas apenas otimismo ou pessimismo dependentes do sentido em que nos persuadirmos a olhar as coisas.

Já estivemos aqui antes. Cimeira após cimeira, lamentando a nossa decadência, pressentindo alguma grande desgraça. Mas a verdadeira e grande ironia, que exploraremos neste livro, é que existem amplas condições para reconquistar uma democracia transformadora que não só ajudará a Europa a superar esta crise, como a poderá lançar para um estágio de desenvolvimento muito superior. O futuro não bateu em nenhum escudo invisível.

Hoje, os fenómenos europeus e nacionais pasmam-nos e atordoam-nos, mas têm origem em processos que não são recentes, e cuja história é necessário recuperar, se quisermos entender o que estamos a viver.

Estamos agora no vértice de duas tendências longas, ambas com mais de uma geração. A primeira é a da construção

de uma União Europeia em pequenos passos confusos e perdidos, cada vez mais distantes dos cidadãos e mais próximos do abismo. Uma União que foi falando uma linguagem incompreensível para os cidadãos e agora precisaria que os cidadãos a entendessem para a salvar. Essa é a primeira ironia.

A segunda tendência, que desenharemos em traços largos nos próximos parágrafos, é a que leva da desigualdade à desgregação. Como explica o economista James K. Galbraith num livro recente, esse processo «passa, é claro, pela dívida». Os indivíduos, as famílias, as regiões ou os países endividam-se para suprir as suas lacunas de desigualdade, reais ou aspiracionais, resultado da diminuição do poder de compra ou da criação de hábitos de consumo, na intenção de *convergir* com os indivíduos, famílias, regiões ou países mais ricos. Estes, por sua vez, possuem excedentes e algo mais: «o desejo agressivo», como escreve Galbraith, de colocar o seu dinheiro em condições vantajosas, «de o emprestar àqueles que têm menos» por um bom retorno. Credores e devedores partilham assim desejos cruzados, que parecem satisfazer-se mutuamente «num padrão de consumo que durante algum tempo aparenta ser igualitário [...] mas cujos termos raramente são favoráveis» aos mais pobres. Entre indivíduos, este ciclo de consumo pode materializar-se na compra de casas, que logo serão usadas como base para contrair novas dívidas; entre países (e, em particular, entre estados-membros da União Europeia), pode materializar-se em autoestradas, pontes ou estádios de futebol. A folga para a dívida acumulada pode então vir sob a forma de uma descida de juros. Mas, um dia, o ciclo é invertido por um evento como um pânico financeiro ou o colapso de uma bolha especulativa. Se nesse dia os juros não tiverem mais para onde descer (ou os banqueiros centrais e certos decisores políticos, aquiescendo aos credores, se opuserem a que eles desçam) todo o

percurso terá de voltar subitamente a ser feito, mas desta vez a contrapelo. O desmame é rápido e brutal. Os credores exigem o seu dinheiro de volta; os devedores deixam de consumir para poderem pagar; muitos de nós, sendo credores e devedores ao mesmo tempo, só poderíamos pagar se nos pagassem; ao cortarmos em despesas que eram o rendimento de outros, aumentamos o risco de incumprimento deles; acompanhando o risco de incumprimento, os juros sobem violentamente, agravando todo o processo.

O debate público não é imune a este processo. Nas televisões e nos jornais, os comentadores que antes falavam do crédito como sendo o sangue e o oxigénio do capitalismo mudam rapidamente de ideias e competem agora para ver quem mais abominou o endividamento desde os tempos de criança. Isto não é apenas «o mais ridículo dos espetáculos», como dizia o historiador britânico Thomas Macaulay quando o público inglês se lançava num dos seus «chiliques de moralidade». É também uma espécie de véu verbal que encobre duas realidades importantes.

A primeira é que o endividamento, nos indivíduos como nos estados, não tem necessariamente de ter apenas maus usos. Uma pessoa pode endividar-se para se formar ou para investir em si de uma forma que no futuro compensará ou excederá o valor da dívida; um estado pode endividar-se para qualificar a sua força de trabalho ou diferenciar a sua economia. Estes investimentos podem permitir ao indivíduo ou ao país subtrair-se, a prazo, do papel subalterno no ciclo arriscado da dívida. O sucesso ou insucesso dessa aposta ficará por confirmar se as tendências de desenvolvimento que se abriram forem suficientemente fortes para salvar o país (ou o indivíduo) da dependência no momento em que o ciclo da dívida se encerrar.

A segunda questão, que tem sido escamoteada pelo atual debate, é que não há nada de inevitável num ciclo de endividamento. Foram os governos, aconselhados muitas vezes pelos mesmos comentadores e investidores, que preferiram ativamente usar políticas de acesso ao crédito para satisfazer as suas populações, em vez de terem optado por alternativas como as políticas de redistribuição de rendimentos. Foram os governos que aumentaram, por exemplo, o preço do acesso ao ensino superior e, em alguns casos, incentivaram os estudantes a recorrerem ao crédito ao ensino. Foram governos, representando os seus estados em instituições internacionais, que abriram a outros estados a possibilidade de «fazer obra» através do crédito, sem necessidade de recorrer a subidas de impostos desagradáveis às suas elites nacionais.

Qualquer destas verdades é convenientemente esquecida quando se entra no implacável desfecho de um ciclo de dívida.

Foi neste desenlace, que dá pelo nome de «desalavancagem», que entrámos a partir de 2008. Ray Dalio, que em fevereiro de 2012 destronou George Soros como o especulador mais bem-sucedido do mundo, chamou-lhe até «a mais bela desalavancagem jamais vista», com o maravilhamento que um cientista expressaria ao ver num microscópio a amostra de uma epidemia letal. Para a sociedade das pessoas, como para a sociedade das nações, a desalavancagem é tudo menos bela. Na fórmula sucinta do escritor John Lanchester, «todos devem a todos e ninguém consegue pagar». Os credores estão furiosos com os devedores, porque estes aceitaram os empréstimos que anos antes eles mesmos lhes tinham oferecido sofregamente; os devedores estão atarantados, porque têm de pagar, em prazo mais curto, com condições económicas mais desfavoráveis ou com juros mais altos, aquilo que tinham planeado ir

pagando ao longo de décadas; os credores pretendem castigar os devedores, exigindo-lhes não só o dinheiro todo, como também uma perda de autonomia (no caso dos coletivos políticos, de soberania) que os impeça de repetir os disparates do passado (como terem aceitado os tais empréstimos que eles lhes fizeram); os devedores não podem pagar tudo de uma vez só, prometendo castigar os credores através de um incumprimento, da bancarrota; se os credores forem também devedores, a dor que daí resultar pode voltar a subir a escala toda num ápice.

O ambiente social e político deteriora-se. Uns tratam os devedores de fracassados e irresponsáveis, outros tratam os credores de irresponsáveis ou criminosos; as democracias sentem-se incapazes de deliberar; os defeitos do sistema tornam-se inultrapassáveis, as suas qualidades ineficazes; dilacerados por pulsões contraditórias, rasgam-se o tecido social e o contrato político. A desalavancagem é como uma mola sob tensão; se ela se solta descontroladamente, pode ser muito perigosa.

Historicamente, esta situação só se resolve pela intervenção de uma escala de decisão política que tenha à sua mão uma caixa de ferramentas indisponível ao resto da economia. A solução pode passar, como na Antiguidade, por um perdão de dívidas generalizado; ou, como no New Deal de Franklin D. Roosevelt, por um investimento público de tal dimensão, que consiga inverter o ciclo para o seu sentido ascendente, permitindo aos devedores encontrar emprego e um salário para pagar as dívidas, e aos credores investir em atividades produtivas o dinheiro recuperado.

Essa «escala de decisão política» que estabiliza, anula ou inverte o ciclo descendente tem sido normalmente o estado. Pode também ser um credor de último recurso, como um banco central, seja ele nacional ou multilateral. Pode também ser

uma sociedade politicamente organizada que esteja suficientemente reforçada pelas suas instituições mutualistas e de solidariedade. Nada impede que uma federação de estados desempenhe o mesmo papel ou que, no futuro, um sistema de governança global consiga prevenir ou minorar o impacto destes colapsos. Na melhor das hipóteses, a solução combinará estes vários aspetos, e eles reforçar-se-ão uns aos outros.

Mas na atual União Europeia os estados estão, para já, impossibilitados de o fazer. E por virtude de uma construção parcial, incompleta e defeituosa, a União Europeia também ainda não tem possibilidades de o fazer. Esse entrave está na arquitetura da moeda única, o euro, que em plena desalavancagem deixa os estados numa situação análoga à dos privados, mas sem permitir à União que faça o que competiria normalmente aos estados.

Na interseção da defeituosa construção europeia com o desfecho do ciclo de desigualdade, dívida e desagregação, a Europa encontra-se singularmente desguarnecida para fazer face à crise económica mais grave dos últimos 80 anos.

Como sair daqui? A resposta está numa terceira tendência longa que, na verdade, já se encerrou mas para a qual ainda não encontramos substituição. Durante duas gerações, a Guerra Fria espartilhou os destinos da Europa, dividindo o continente em duas metades e fazendo de cada uma dessas metades um mero peão no tabuleiro planetário de duas superpotências. É importante notar que estas duas superpotências, os EUA e a URSS, representavam duas extensões da Europa, em termos geográficos ou culturais, e eram herdeiras de impérios (o britânico e o russo) que antes tinham jogado no tabuleiro europeu. Mas as suas ambições eram agora

planetárias e, para poderem melhor disputar as suas esferas de influência na Ásia, em África ou na América Latina, optaram por deixar congeladas as decisões sobre a Europa que tinham tomado no imediato pós-guerra. Essa *stasis* durou mais de 40 anos, até 1989. A seguir à queda do Muro de Berlim, à reunificação da Alemanha e à adesão do leste europeu à União, este capítulo foi encerrado e a Europa teve permissão para seguir a sua vida. Ao contrário do que foi profetizado, porém, a Europa não teve imaginação para escrever o capítulo seguinte. Em teoria, a Europa era agora senhora do seu destino. Na prática, sem ser capaz de inventar o seu destino, não houve senhora Europa.

O primeiro capítulo deste livro explorará a simbologia da atual situação europeia através da linguagem: uma linguagem de má qualidade para uma política de má qualidade. Os três capítulos seguintes explicarão como se chegou aí, tomando sempre como ponto de partida os anos do imediato pós-guerra, e reconstituirão cada uma destas narrativas nas décadas posteriores. Em «A tragédia dos pequenos passos», seguiremos a construção política e institucional da União, a partir da Declaração Schuman de 9 de maio de 1950. No capítulo seguinte, intitulado «A Europa partida ao meio», tomaremos o fio à meada da união monetária, desde os seus primórdios até à presente divisão entre credores e devedores — com a justaposição ao ciclo de desigualdade-dívida-desagregação — e da encenação de uma opereta moral, à escala de um continente inteiro, que pretende opor países virtuosos a países viciosos. O último desses três capítulos — «Não é irónico?» — é uma exploração de temas ligados à força e ao peso da história, centrados na experiência da Guerra Fria, inspirando-se numa obra do teólogo

americano Reinhold Niebuhr, *A ironia da história americana*, a quem praticamente roubei o título para este livro. É nesse capítulo que se tenta também uma primeira explicação de como identificar e resolver as ironias é o primeiro passo para ultrapassar os nossos impasses políticos.

Nos três capítulos depois desses, lidamos com uma história recente, quase presente: final de 2008, final de 2009 e final de 2010, respetivamente. O capítulo 5 — «Como perdemos o nosso ano gogoliano» — trata de um pequeno mas determinante mistério: como foi possível que uma crise entendida por todos como um grande desmascarar de todo um modo de vida tenha, no fundo, mudado tão poucos comportamentos e reforçado os mais perniciosos? O capítulo 6 — «O *doppelgänger*» — é dedicado a acontecimentos que se passaram quando este livro estava a ser redigido, nos primeiros meses de 2012, e que foram fundamentais para o ter, finalmente, terminado: o processo de elaboração e aprovação do novo tratado sobre o «bloco orçamental», cujas consequências futuras serão decisivas. O capítulo 7 reflete sobre a presença e a ausência da solidariedade nos textos e nas ações europeias e tem como título, precisamente, a pergunta: «Quem tem medo da solidariedade?» A resposta é, creio, instrutiva.

No passado havia um desfecho recorrente para quando, como agora, o impasse político e a crise económica faziam curto-circuito no continente europeu. Esse desfecho era a guerra. Uma espécie de inevitabilidade cíclica, quase uma espécie de hábito nunca esquecido por europeus de todos os países. A guerra declinava-se em velhas rivalidades entre a França e a Alemanha, entre a Rússia e a Áustria, entre a Inglaterra e a França. Velhos aliados também se traíam, em particular

quando as suas ambições imperiais eram sobrepostas — como quando a Inglaterra quis que os seus domínios africanos fossem «do Cairo ao Cabo» e Portugal tinha a ilusão de poder vir a dominar «de Angola à contra-costa», sobreposição essa que resultou no Ultimatum imposto pela Inglaterra em 1890, que lançou a monarquia portuguesa numa crise de morte (àquilo que os portugueses chamaram «ultimatum», a propósito, os ingleses chamaram «memorandum», palavrinha persistente). Esta era uma pequena traição entre irmãos na velha fórmula de Tucídides, em que «os fortes fazem o que querem e os fracos aguentam como podem». Às vezes as assimetrias eram menos claras; ia-se para a guerra e tudo resultava em prolongadas mortandades.

«As guerras entre europeus são sempre guerras civis», escreveu Victor Hugo no final da sua vida, que ocupou quase todo o século XIX. Quando era criança, os franceses, comandados por Napoleão, tomaram Berlim (1806) e, quando já era um escritor célebre, em 1870, os alemães liderados pela Prússia de Bismarck cercaram Paris, e entraram na cidade no ano seguinte. Essas intermitências da guerra eram vistas como fazendo apenas parte de um grande ciclo comum. No século XX, à declinação nacional acrescentou-se uma declinação da guerra em grandes rivalidades ideológicas: *A guerra civil europeia* é também o título que o historiador alemão Ernst Nolte escolheu para a sua definição do conflito entre bolchevismo e nacional-socialismo, entre 1917 e 1945, da União Soviética à Alemanha (e que por sua vez resultou numa guerra entre historiadores, a *historikerstreit*). A «guerra civil europeia» era sempre a mesma, apenas cada vez mais mortífera.

Entre as épocas de guerra, havia períodos mais ou menos longos de acalmia em que se julgava que a recaída fosse impossível. A guerra era agora imprevisível; logo depois, inevitável.

De cada vez que a tensão se acumulava surgiam as profecias, quando não os apelos, para que a guerra viesse dissipar as brumas. Em 1909, o Manifesto Futurista chamava-lhe a «única higiene do mundo», e talvez isso parecesse apenas uma bravata de jovens artistas querendo chamar a atenção. Cinco anos depois, a Europa estava mesmo em guerra; os primeiros soldados foram enviados com promessas de voltar a casa pelo Natal; a coisa demorou até toda a gente começar a perceber que aquela não era uma guerra qualquer. Era a Grande Guerra.

O ciclo de paz seguinte durou apenas 20 anos. No início, um mundo chocado com os milhões de jovens mortos de todos os lados empenhou-se na construção da Sociedade das Nações; quando as instituições supranacionais se revelaram fracas para impedir Mussolini de invadir a Abissínia, Hitler de rearmar a Alemanha, Franco de assassinar a república espanhola, foram remendadas com cedências e juras de «paz no nosso tempo». Não eram só os líderes políticos que o diziam; entre as classes populares, que seriam em todo o caso a principal reserva de carne para canhão, aumentavam os números de objetores de consciência e pacifistas radicais, e os socialistas juravam nunca mais combater numa guerra entre nações burguesas. No fim, um novo curto-circuito entre colapso financeiro e impasses políticos teve efeitos rápidos. Embora o *crash* de Wall Street e a falência do Creditanstalt austríaco, passaram dois anos (1929-1931). Entre a bancarrota do Creditanstalt (que desencadeou uma série de falências nos bancos europeus) e a subida dos nazis ao poder passaram apenas dois anos (1931-33). Entre a subida dos nazis ao poder e uma nova guerra mundial, apenas seis anos. Este processo não era imparável — em 1932, a esquerda alemã tinha mais deputados e votos do que os nazis, só que estava separada em duas famílias desavindas, os sociais-democratas e os comunistas — mas foi

tornado possível pela hesitação e pela desorientação das elites políticas.

Guerras medonhas, acalmias durante as quais uma nova guerra parece inconcebível, e depois, veloz como um raio, um colapso económico sobre uma estrutura política incapaz de responder às circunstâncias da crise. E depois novas guerras. Este era o ciclo.

Após a Segunda Guerra Mundial, os conflitos em grande escala no continente europeu tornaram-se impossíveis. Em primeiro lugar, porque as superpotências dominantes, os EUA e a URSS, tinham já decidido a partição do continente e não desejavam alterá-la. Em segundo lugar, porque, a ocorrer, a nova guerra seria nuclear. Em terceiro lugar, porque a integração europeia na Europa ocidental tinha impossibilitado o recrudescimento da rivalidade franco-alemã.

E no futuro?

A guerra continua a ser inconcebível hoje. É difícil imaginar que papel poderia ela ter no tempo das transações bolsistas em milissegundos. Os exércitos deslocar-se-iam para conquistar que território? E em que território estão as multinacionais? Contudo, constatar que a guerra é inconcebível não é necessariamente otimista. Se não houver guerra, outra coisa haverá. Quais serão, desta vez, os efeitos de uma dupla crise económica e política?

O que é concebível agora? Queremos mesmo saber?

Um colapso da Zona Euro, para dar um exemplo, começaria por implicar uma reintrodução dos controles de capitais. Uma vez que para um estado-membro não é possível sair do euro sem abandonar a União Europeia, o fecho das fronteiras físicas entre esse país e os seus ex-parceiros europeus seria uma possibilidade forte e, seja como for, as reintroduções de fronteiras *dentro* da União estão já a ser estudadas pelos estados-

-membros do espaço Schengen. Isto significaria que uma geração inteira que se habituou a viver sem fronteiras teria de se habituar à claustrofobia. Os exércitos e as forças policiais teriam certamente um peso desmesurado na fase de transição, com um mandato, dado pelos políticos (com sorte, eleitos) no poder, para protegerem os bancos, onde haveria um limite ao levantamento de depósitos para as pessoas que aí teriam ainda as suas poucas poupanças (as outras já teriam feito transferências muito mais avultadas por via eletrónica). Convém notar que nos últimos anos, de forma muitas vezes discreta, a tecnologia permitiu aos estados (e, como demonstrarei mais à frente, à própria União) ganhar capacidades de investigação policial e secreta que têm um grande potencial repressivo, e que foram adquiridas no pressuposto de que essas ferramentas, quando usadas por estados democráticos, não eram tão invasivas como quando usadas por ditaduras — resta saber o que acontecerá quando forem usadas por governos democráticos ou tecnocráticos tomados de pânico. Que liberdade restaria?

Tudo isto pressupõe que haveria um governo legitimado para tomar essas decisões; mas, em alguns países europeus, os governos são tecnocráticos; outra hipótese é que o período de transição se desse num momento pós-eleitoral, sem governo formado. Podia até acontecer que os partidos concorrentes às eleições tivessem feito campanha prometendo ficar no euro e depois de eleitos tivessem de sair. Como reagiria o eleitorado a mais esta reviravolta nas suas expectativas? Daí para a frente, o que acontecesse estaria dependente de uma pergunta fundamental da natureza humana: há ou não progresso moral e humano? Se a resposta for positiva, talvez a democracia sobreviva. Mas a resposta não precisa de ser negativa para que o contrário aconteça: as circunstâncias sociais e políticas podem ser demasiado fortes. E isto apenas num país. O que acontecerá em

toda a Europa se o euro colapsar, ou se ficar fragmentado num euro forte e vários fracos? Entrar no euro foi como entrar no padrão-ouro ou numa paridade com o dólar. Sair do euro pode ser muito mais difícil: a própria União ficará ferida de morte; as recriminações entre países ressuscitarão velhas rivalidades. De que modo se declinarão então essas rivalidades? Muitos comentadores têm dito que o declínio da Europa é, de todo o modo, inevitável, por causa da ascendência da China e da Índia ou das tendências demográficas globais. Esse declínio de que falam seria suave e longo. Este declínio rápido e brutal que aqui esbocei não precisa de ser causado por essas tendências. Não é a China, nem a Índia, nem os EUA que terão culpa dele. Será apenas e só e mais uma vez culpa da própria Europa.

Comecemos pelos óbvio. A União Europeia tem uma população de cerca de 500 milhões de cidadãos, num continente densamente povoado que quase pode ser considerado uma mera península da grande massa eurasiática. É menos de metade da população da Índia ou da China, mas é o dobro da do Brasil ou um terço mais do que a população dos Estados Unidos da América. E a quantidade não é tudo. Os europeus são ainda comparativamente prósperos e usufruem de níveis de educação e formação que são dos melhores e mais generalizados do mundo. A economia da União Europeia, tomada no seu conjunto, é a maior ou a segunda maior do mundo, por comparação com a dos Estados Unidos, embora ambas possam vir a ser ultrapassadas pela China nas próximas décadas. Apesar de muita tinta gasta a descrever a basculação da economia mundial para a zona do Pacífico, a Europa tem ainda vantagens geopolíticas notáveis, que serão maximizadas se agir com coesão: está na esquina de duas grandes massas continentais,

a Ásia e a África, e tem ligações oceânicas (para não falar de culturais) com a América do Norte e a América do Sul. Tem acesso a dois mares onde se joga boa parte do futuro energético do mundo a médio prazo: o Mediterrâneo e o Ártico, embora a União enquanto tal não tenha para já acesso direto a este último (por isso se joga muito mais do que bacalhau na adesão da Islândia ou, com menor probabilidade, da Noruega à UE: joga-se o acesso ao Ártico). A Europa tem outra grande vantagem por ser uma península bastante recortada: nenhuma cidade está muito longe de um porto marítimo.

Se passarmos para um terreno um pouco mais subjetivo, consideremos as cidades, os grandes nós da economia global. A Europa é um continente urbanizado e nele se concentra a mais impressionante rede de cidades a nível mundial. Quer falemos em termos económicos ou culturais, no passado ou no potencial futuro, é indubitável que um continente que vai do Atlântico aos Urais e de Istambul a São Petersburgo ou uma União onde há capitais como Roma, Londres, Paris ou Berlim, não pode estar tão mal quanto isso. Muitas das capitais europeias foram focos de irradiação civilizacional e detêm ainda laços privilegiados com centenas de milhões de pessoas no mundo: Lisboa, Madrid e Amesterdão são três exemplos. Outras capitais, de Varsóvia a Atenas, têm também acesso a importantes comunidades de emigrantes europeus noutros continentes. Outras ainda, de Copenhaga e Estocolmo a Viena, são pontas de lança na inovação urbanística, na qualidade de vida, na criação de produtos de alto valor acrescentado. Mas vamos imaginar que de repente as 27 (com Zagrebe, serão 28, em breve) capitais europeias desapareciam misteriosamente do mapa: estaríamos muito mal servidos com uma formidável rede de cidades «secundárias» que inclui Barcelona e Milão, Munique e Hamburgo, Manchester e Porto, Cracóvia e

Salzburgo, Nápoles e Salónica, Marselha e Roterdão, Antuérpia e Sevilha? Para não falar das cidades universitárias que foram inventadas na Europa e, ao mesmo tempo, ajudaram a inventar a Europa: Bolonha, Sorbonne, Oxford, Salamanca, Coimbra, Cambridge e Heidelberg.

Entre as ideias nascidas nestas cidades europeias, contam-se algumas que desempenharam um papel determinante, e muito prático, na erradicação da pobreza e na construção de uma democracia de bem-estar feita de cidadãos soberanos e emancipados. Poderíamos, é claro, começar pelo Iluminismo no século XVIII e ir até ao liberalismo e ao socialismo nos séculos XIX e XX. Basta talvez lembrar que a social-democracia, no seu modelo escandinavo, é provavelmente a mais bem-sucedida experiência de desenvolvimento humano, igualdade, liberdade em paz, segurança e conforto da história. Outros modelos europeus, do socialista ao cristão-democrata, do conservador bismarckiano ao republicano da Frente Popular francesa, podem também gabar-se de avanços notáveis e por vezes inéditos no mundo. Evidentemente, não é só na Europa que se podem encontrar grandes experiências de desenvolvimento em democracia que devem ser valorizadas: elas fizeram-se nos EUA de Roosevelt ou no Brasil de Lula, e até em certos estados indianos. Mas ainda hoje é na história e na experiência europeia que se inspiram os países em desenvolvimento quando pensam nos seus modelos sociais.

É certo que a Europa, como todo o planeta, enfrenta um feixe de crises: financeira, económica, política, ambiental. Mas dispõe também das ferramentas para as ultrapassar, se puser a finança ao serviço da economia, a política ao serviço da sociedade e o conhecimento ao serviço do ambiente. Um discurso derrotista tem repetido incessantemente que a Europa está

condenada demograficamente, que será politicamente irrelevante, e que a subida do resto do mundo será sinal da inevitável decadência europeia. Não posso garantir, mas desconfio que esse discurso tem origem num remorso antigo: a Europa raramente o diz mas sabe muito bem — tem disso uma memória coletiva — como o seu poderio passado se alicerçou numa atitude conquistadora e predatória, na extração dos recursos de outros continentes e no abuso da força braçal das suas populações, da escravatura ao colonialismo. Os povos europeus não foram os únicos a comportar-se assim, mas a verdade é que no seu íntimo passaram a recear que a ascensão do mundo não europeu possa ser o momento do acerto de contas.

Não tem de ser assim. Se houver progresso humano — é ainda uma questão em aberto — a ascensão do resto do mundo é a melhor notícia para todo o mundo. Se a região do Pacífico for a mais dinâmica do mundo, isso será bom para os mais de três mil milhões de pessoas que ela vai ter de servir. Se a região do Atlântico Norte deixar de ser a mais dinâmica, é capaz de não ser um drama, desde que continue a servir bem uma população que será três vezes menor. E, na verdade, o resto do mundo não quer a desgraça da Europa. A curto prazo, grande parte das elites políticas do resto do mundo precisa de uma Europa que não se fragmente: nenhum presidente dos EUA quer a implosão do euro, e nenhum comité central do Partido Comunista Chinês quer ficar sozinho agarrado ao dólar. Os povos do resto do mundo, muitos dos quais vivem sob regimes repressivos, veem a Europa como um lugar comparativamente benigno e ainda um exemplo a emular. Quanto a haver progresso humano — a prova do pudim está em comê-lo. Simplesmente não sabemos a resposta. A Europa pode ajudar a explorar essa questão em aberto: se conseguir ter sucesso na sua experiência de governação transnacional, se conseguir

fazer de si mesma uma democracia, talvez se encontrem pelo caminho algumas boas pistas para a governação e a justiça internacional, sem as quais as nossas crises — a começar pela ambiental — só poderão agravar-se.

O termo «crise» é de origem médica — significava, para os gregos antigos, o momento na evolução de uma doença em que o paciente poderia ficar muito pior, *ou muito melhor*. Mas vivendo sob a pressão da «crise» acabámos por perder a memória do que a palavra significa e ela é hoje apenas uma degradação constante, gradual e crónica, da qual não se vê saída. Para evitar ficar sempre pior, acabamos por optar permanentemente pelo mal menor. Muitos consideram que ficar onde estamos é o melhor a que podemos almejar.

O mínimo que se pode dizer é que não é um discurso mobilizador. Dará força para resistir, mas não para reinventar. Ninguém sai do seu torpor para ficar um bocadinho menos mal.

Acima de tudo, este não é um discurso realista. A crise atual deve ser entendida no seu sentido antigo. É um momento, um pequeno ponto no tempo, a partir do qual é possível ficar muito pior, mesmo muito pior (e não apenas um pouco pior). Mas se este momento for interpretado da forma correta, e usado como um ponto de apoio numa alavanca, pode também ser uma evolução para algo de muito melhor.

Para uma geração de gente que tem agora 20 anos, a resolução desta crise será determinante para a maior parte das suas vidas, e elas serão muito piores ou muito melhores por isso. Decisões tomadas em 1914 levaram milhões de homens para a frente de batalha e mudaram radicalmente a vida dos sobreviventes. Decisões tomadas em 1932 nos EUA ou na Alemanha

produziram o New Deal — ou o Terceiro Reich. Decisões tomadas (ou não tomadas) entre 2012 e 2014 afetarão os próximos 30 anos de vida destes jovens. Esse será o tema dos três últimos capítulos deste livro. A grande ironia desta enorme crise em que a União Europeia está mergulhada é que ela tem soluções evidentes. O capítulo oitavo parte de uma pergunta simples — «Será possível resolver os problemas da União Europeia numa folha A4?» — para explorar as soluções possíveis no quadro da União, com e sem mudança de tratados. O capítulo nono é uma elaboração sobre o tema dos futuros possíveis da Europa. Finalmente, o décimo capítulo dedica-se ao tema essencial de como criar um movimento progressista europeu, fundado em novas ideias para uma esquerda social, ecológica e libertária.

O que está em jogo é de facto crucial: para alguns trata-se de salvar o estado social (não por acaso também chamado de «modelo europeu») e para outros de reconhecer o seu óbito. E os despojos são enormes: traduzem-se em ganhos de biliões de euros no setor financeiro, em parcelas de grandes privatizações, na distribuição de poder económico pelas clientelas que estas proporcionam. Para todos, contudo, esta é uma guerra de trincheiras: os avanços e os recuos medem-se em juros da dívida, horas de trabalho, taxas de segurança social. Admitir o declínio, resistir ao declínio, evitar o declínio, gerir o declínio — estes são os termos, na verdade muito diminutos, do debate. E embora todos tenhamos a sensação de que esta vida assim não está bem, ninguém nos propõe mudar de vida e, se propusesse, desconfiaríamos. Afinal, o século xx também teve muito disso, a tal ponto que os dois termos do debate — reforma ou revolução — estão hoje gastos e desacreditados. As revoluções parecem-nos inerentemente autoritárias e violentas, atreitas a tiranos e oportunistas, feitas em alto contraste, a preto e branco, capazes de virar o avesso pelo direito e fazer da luz

escuridão. As reformas, pelo contrário, mergulham tudo num mar de cinzento, de lusco-fusco, ao qual os nossos olhos não conseguem adaptar-se e, quando damos por isso, já fomos roubados. Claro, todos guardamos no coração revoluções e reformas memoráveis e expansivas. Mas, para voltar a acreditar nelas, elas têm de perder a supremacia no debate de ideias e voltar a ser meras ferramentas: revoluções cidadãs, reformas progressistas. E, mesmo para acreditar nessas, precisamos acima de tudo de uma reformulação: a reformulação da linguagem política e da maneira de fazer política.

Este é um livro pequeno escrito com outros livros pequenos em mente: *The irony of American history*, de Reinhold Niebuhr; *Seven types of ambiguity*, de William Empson; *Du principe fédératif*, de Pierre-Joseph Proudhon; *Il manifesto federalista*, de Altiero Spinelli; *The economic consequences of the peace*, de John Maynard Keynes. É uma coleção idiossincrática, que cabe dentro de uma pequena mala; apesar de curta, não pretendo esgotá-la ou sequer fazer-lhe justiça.

O capítulo oito existe («Será possível resolver os problemas da UE numa folha A4?»), foi escrito a partir de uma palestra dada nas conferências TEDx de Cascais em fevereiro de 2012, e o exercício está disponível em vídeo em <http://bit.ly/XE-Cbhq>. Para o último capítulo («Reformular: a esquerda e a Europa»), entraram algumas reflexões que apresentei no colóquio «João Martins Pereira. O seu e o nosso tempo», realizado em novembro de 2011 pelo polo de Lisboa do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, bem como as de uma conferência que apresentei também em novembro de 2011 no V Colóquio Europeu de Psicologia e Ética «A psicologia em tempos de crise», no Instituto Superior de Psicologia Aplicada

de Lisboa. Aqui e ali, o leitor mais atento encontrará temas e frases que foram aparecendo na «Consoante muda», minha coluna regular no jornal *Público*: às vezes ideias do livro encontraram lugar em crónicas, outras vezes foi o contrário. Este livro é, no entanto, um objeto autónomo.

Ainda mais importantes para este livro foram algumas pistas encontradas na literatura de ficção: *Il visconte dimezzato* (*O visconde cortado ao meio*), de Italo Calvino; *Revizor* (*O inspector-geral*), de Nikolai Gogol; e, muito importante, *Die doppelgänger* (*O duplo*), de E.T.A. Hoffmann.

Os livros de história europeia do século xx que usei, para referência e às vezes para inspiração, são quase o oposto dos ensaios que citei no primeiro parágrafo: volumosos em vez de breves. Para o período anterior à Primeira Guerra Mundial, *The vertigo years. Europe 1900-1914*, de Philipp Blom. Para o entre-guerras, os dois volumes de Zara Steiner, *The lights that failed 1919-1932* e *The triumph of the dark 1933-1939*, que juntos têm mais de 2500 páginas. Para o pós-guerra, o monumental *Pós-Guerra*, de Tony Judt.

Encontra-se uma bibliografia completa no fim do volume.

Bibliografia

- AA.VV. *Dicionário das crises e das alternativas*. Almedina — Centro de Estudos Sociais, 2012.
- AA.VV. *Manifesto dos economistas aterrados. Crise e dívida na Europa: 10 falsas evidências, 22 medidas para sair do impasse*. Prefácio de João Rodrigues e Nuno Serra. Actual, 2011.
- ACKERMAN, Bruce & MADURO, Miguel Poiares. «How to make a European constitution for the 21st century». *Guardian online*, 3 outubro 2012. [<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2012/oct/03/european-constitution-21st-century>]
- AGLIETTA, Michel. «European Vortex». *New left review*, n.º 75, maio/junho 2012, pp. 15-36.
- ALSTON, Philip, & DE SCHUTTER, Olivier. *Monitoring fundamental rights in the EU: The contribution of the Fundamental Rights Agency*. Hart Publishing, 2005.
- ANDERSON, Perry. *Spectrum: From right to left in the world of ideas*. Verso, 2007.
- ANDERSON, Perry. *The new old world*. Verso, 2011.
- ASH, Timothy Garton. «The crisis of Europe». *Foreign affairs*, vol. 19, n.º 5, pp. 2-15.
- BAÇÃO, Pedro, ALEXANDRE, Fernando, MARTINS, Ives Gandra; ANDRADE, João Sousa; CASTRO, Paulo Rabello. *A crise financeira internacional*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- BARROSO, Alfredo. *A crise da esquerda europeia*. Dom Quixote, 2012.
- BARROSO, José Manuel Durão. «Speech by president Barroso ahead of the European Council: 'Moving Europe Forward'». 9 Nov. 2012. [http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-12-494_en.htm]

- BERGSTEN, C Fred. «Why the euro will survive». *Foreign affairs*, Vol. 91, n.º 5, pp. 16-22.
- BLOM, Philipp. *The vertigo years: Europe, 1900-1914*. Basic Books, 2008.
- BOJKOV, Victor. *The EU Charter of Fundamental Rights: The thorny road from Cologne to Lisbon*. Lap Lambert Academic Publishing, 2010.
- BOMBERG, Elizabeth; PETERSON, John & CORBETT, Richard. *The European Union: How does it work?*. Oxford University Press, USA, 2012.
- BORDO, Michael D.; MARKIEWICZ, Agnieszka; JONUNG, Lars. «A fiscal union for the euro: Some lessons from history». NBER Working Paper No. 17380, September 2011. [<http://www.nber.org/papers/w17380>]
- BOOTH, Wayne C. *A rhetoric of irony*. University Of Chicago Press, 1975.
- BYRNE, Janet. *The occupy handbook*. Back Bay Books, 2012.
- CALVINO, Italo. *I nostri antenati*. Einaudi, 1960.
- CALVINO, Italo. *Il visconte dimezzato*. Einaudi, 1963.
- CHANG, Ha-Joon. «Lazy Japanese and thieving Germans — Are some cultures incapable of economic development?», in *Bad samaritans: rich nations, poor policies, and the threat to the developing world*. London: Random House, 2007.
- CHARLEMAGNE. «The EU summit: A deal, but to what end?» *The economist* (2012). [<http://www.economist.com/blogs/charlemagne/2012/01/eu-summit>]
- COHEN, Antonin. *De Vichy à la Communauté Européenne*. PUF, 2012.
- COHN-BENDIT & Verhofstadt, Guy. *For Europe*. CreateSpace Independent Publishing Platform, 2012.
- COLEBROOK, Claire. *Irony*. Routledge, 2003.
- COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. *La démocratie sans «demos»*. PUF, 2010.
- CONDOSO, Fernando. *Europa em crise. Renegociação da dívida — Solução federal*. Caleidoscópio, 2012.
- CORRÊA, Francisco António. *Estados Unidos da Europa*. Academia das Ciências de Lisboa, 1929.
- COURTIN, Emilie. *Droit et politique dans l'oeuvre d'Alexandre Marc : L'inventeur du fédéralisme intégral*. Harmattan, 2007.
- DAVIES, Norman. *A Europa em guerra 1939-1945*. Edições 70, 2006.
- DAVIES, Norman. *Vanished kingdoms: The history of half-forgotten Europe*. Allen Lane, 2011.
- DINIS, David, & COELHO, Hugo Filipe. *Resgatados — Os bastidores da ajuda financeira a Portugal*. Esfera dos Livros, 2012.
- DOLFSMA, Wilfred, & SOETE, Luc. *Understanding the dynamics of a knowledge economy*. Edward Elgar Publishing, 2006.
- DRAGHI, Mario. «The future of the euro: Stability through change.» *European Central Bank*. Web. 9 Nov. 2012.
- DUFF, Andrew. *On governing Europe*. Policy network, 2012.
- EICHENGREEN, Barry. «When Currencies Collapse.» *Foreign Affairs*, Vol. 91 n.º 1, janeiro/fevereiro 2012, pp. 117-134.
- EICHENGREEN, Barry. *Exorbitant privilege*. Oxford University Press, 2011.
- EMPSON, William. *Seven types of ambiguity*. New Directions, 1966.
- ENDO, Shusaku. *Escândalo*. Asa, 1996.
- ENZENSBERGER, Hans-Magnus. *Le doux monstre de Bruxelles Ou l'Europe sous tutelle*. Gallimard, 2011.
- FABBRINI, Sergio. *Democracy and federalism in the European Union and the United States: Exploring post-national governance*. Routledge, 2004.
- FELDSTEIN, Martin. «The Failure of the Euro.» *Foreign affairs* Vol. 91, n.º 1, janeiro/fevereiro 2012, pp. 105-116.
- FERRO, Marc. *A Grande Guerra 1914-1918*. Edições 70, 2008.
- FIGUEIRA, António. *Modelos de legitimação da União Europeia*. Principia, 2004.
- FORD, Martin. *The lights in the tunnel: Automation, accelerating technology and the economy of the future*. CreateSpace Independent Publishing Platform, 2009.
- FREY, Bruno S., & EICHENBERGER, Reiner. *The new democratic federalism for Europe: Functional, overlapping and competing jurisdictions*. Edward Elgar Pub, 2004.
- FUKUYAMA, Francis. «Where is the uprising from the left?». *Der Spiegel*, 2012 [<http://www.spiegel.de/international/world/spiegel-interview-with-francis-fukuyama-where-is-the-uprising-from-the-left-a-812208.html>]
- GALBRAITH, James K. *Inequality and instability: A study of the world economy just before the great crisis*. Oxford University Press, USA, 2012.

- GALBRAITH, John Kenneth. «How Keynes Came to America», *The essential Galbraith*. Houghton Mifflin, 2001.
- GALBRAITH, John Kenneth. *A short history of financial euphoria*. Penguin Books, 1994.
- GIAVAZZI, Alberto, & ALESINA, Francesco. *O futuro da Europa: Reforma ou declínio*. Edições 70, 2007.
- GIEGOLD, Sven, & MACK, Sebastian M. *No stabilization of the euro without a Green New Deal*. Die Grünen | Europäische Freie Allianz im Europäischen Parlament. 2012.
- GIOLITTI, Antonio. *Lettere a Marta: Ricordi e riflessioni*. Il Mulino, 1992.
- GOOCH, P W. «Socratic Irony and Aristotle's «Eiron»: Some Puzzles». *Phoenix* (1987). [http://www.jstor.org/stable/10.2307/1088738]
- GOURFINKEL, Nina. *Gogol*. L'Arche, 1956.
- GRAEBER, David. *Debt: The first 5,000 years*. Melville House, 2011.
- GRUNWALD, Michael. *The new New Deal: The hidden story of change in the Obama era*. Simon & Schuster, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. *Um ensaio sobre a Constituição da Europa*. Edições 70, 2011.
- HAFFNER, Sebastian. *Germany: Jekyll and Hyde: An eyewitness analysis of nazi Germany*. Little, Brown Book Group, 2008.
- HALDÉN, Peter. *Stability without statehood: Lessons from Europe's history before the sovereign state*. Palgrave Macmillan, 2011.
- HAMILTON, Alexander, et al. *The Federalist: A commentary on the Constitution of the United States*. Modern Library, 2001.
- HARDING, Gareth. «The Myth of Europe.» *Foreign policy* 191, janeiro/fevereiro 2012, pp. 74-82.
- HARVEY, David. *Enigma of capital: How capitalism dominates the world and how we can master its mood swings*. Profile Books, 2011.
- HIX, Simon, & HOYLAND, Bjorn. *The political system of the European Union*. Palgrave Macmillan, 2011.
- HIX, Simon. *What's wrong with the Europe Union and how to fix it*. Polity, 2008.
- HOBBSAWM, Eric J. *Age of extremes*. Abacus, 1995.
- HOLLAND, Stuart. «Union bonds, eurobonds, and a New Deal for Europe — without debt buy-outs or national guarantees or fiscal transfers». Separata da Revista *Temas da integração*, n. 29-30, 2010.
- HOLLAND, Stuart & VAROUFAKIS, Yannis, «A modest proposal for overcoming the euro crisis», versão 2.2, abril 2011. [http://varoufakis.files.wordpress.com/2011/04/ceb1-modest-proposal-2-2-6th-april-2011.pdf]
- HUEGLIN, Thomas & FENNA, Alan. *Comparative federalism: A systematic inquiry*. University of Toronto Press, Higher Education Division, 2005.
- HUTCHEON, Linda. *Irony's edge: The theory and politics of irony*. Routledge, 1994.
- JAMES, Harold. «Channeling Alexander Hamilton.» *American interest*, Vol. VII, n.º 3, janeiro/fevereiro 2012, pp. 14-21.
- JAMES, Harold. *The Creation and destruction of value: The globalization cycle*. Harvard University Press, 2009.
- JAMES, Harold. *The end of globalization: Lessons from the Great Depression*. Harvard University Press, 2002.
- JUDT, Tony. *A grand illusion?: An essay on Europe*. NYU Press, 2011.
- KARMIS, Dimitrios, & WAYNE, Norman. *Theories of federalism: A reader*. Palgrave Macmillan, 2005.
- KEYNES, John Maynard. *The general theory of employment, interest, and money*. BN Publishing, 2008.
- KEYNES, Maynard John. *The economic consequences of the peace*. Skyhorse Publishing, 2007.
- KLOPPENBERG, James T. *Uncertain victory: Social democracy and progressivism in European and American thought, 1870-1920*. Oxford University Press, USA, 1988.
- KRUGMAN, Paul. *End this depression now!*. W.W. Norton & Company, 2012.
- KRUGMAN, Paul. *The return of depression economics and the crisis of 2008*. W.W. Norton, 2008.
- LANCHESTER, John. *Whoops! Why everyone owes everyone and no one can pay*. Penguin, 2010.
- LAPAVITSAS, Costas. *Crisis in the eurozone*. Verso, 2012.
- LEGRAIN, Philippe. *Aftershock: Reshaping the world economy after the crisis*. Little, Brown, 2010.
- LENDVAI, Paul. *Hungary: Between democracy and authoritarianism*. Hurst & Co., 2012.
- LESCOT, David. *L'Européenne*. Actes Sud, 2007.

- LEUCHTENBURG, William E. *Franklin D. Roosevelt and the New Deal: 1932-1940*. Harper Perennial, 2009.
- MADURO, Miguel Poiars. «A new governance for the European Union and the euro: Democracy and justice». European Parliament, 2012. [<http://network.globalgovernanceprogramme.eu/wp-content/uploads/2012/10/report.pdf>]
- MAMEDE, Ricardo Paes. «Causes, consequences, and ways out of the crisis: a perspective from EU's periphery», *Green European journal* 1, pp.30-46, 2012.
- MANENT, Pierre. *A razão das nações. reflexões sobre a democracia na Europa*. Edições 70, 2008.
- MANGENOT, Michel, & CHARLÉTY, Véronique. *Le système présidentiel de L'Union Européenne après Lisbonne*. École National d'Administration, 2012.
- MARQUAND, David. *Decline of the public: The hollowing out of citizenship*. Polity, 2004.
- MARQUAND, David. *The end of the West: The once and future Europe*. Princeton University Press, 2011.
- MARSH, David. *The Euro: The battle for the new global currency*. Yale University Press, 2011.
- MASON, Paul. *Why it's kicking off everywhere: The new global revolutions*. Verso, 2012.
- MINC, Alain. *Un petit coin de paradis*. Grasset & Fasquelle, 2011.
- MÜLLER, Jan-Werner. «Beyond militant democracy». *New left review* 73, janeiro/fevereiro 2012, pp. 39-47.
- MULLER, Jan-Werner. *Contesting democracy: Political ideas in twentieth-century Europe*. Yale University Press, 2011.
- NASAR, Sylvia. *Grand pursuit: Great 20th century economic thinkers and what they discovered about the way the world works*. Fourth Estate, 2011.
- NIEBUHR, Reinhold. *The irony of American history*. University of Chicago Press, 2008.
- NOLTE, Ernst. *La guerre civile européenne*. Perrin, 2011.
- NYE, Joseph S. *The future of power*. PublicAffairs, 2011.
- O'SULLIVAN, John. «Sovereignty or submission». *Hungarian review*, julho 2012, pp. 5-14.
- ORWELL, George. «Politics and the English language». *Berkeley University*, MLA Application Critical Writing Piece. [http://iis.berkeley.edu/sites/default/files/Politics_%26_English_language.pdf]
- PETERSEN, Thieß, & BÖHMER, Michael. «Economic impact of southern European member states exiting the eurozone». *Bertelsmann Stiftung* [http://www.bertelsmann-stiftung.de/cps/rde/xbcr/SID-8466B5BD-06382534/bst_engl/xcms_bst_dms_36656__2.pdf]
- PETTIT, Philip. *Republicanism: A theory of freedom and government [Oxford political theory series]*. Oxford University Press, USA, 1999.
- PISANI-FERRY, Jean. «Assurance mutuelle ou fédéralisme: La zone euro entre deux modèles». *Bruegel*. [<http://www.bruegel.org/nc/blog/detail/article/911-assurance-mutuelle-ou-federalisme-la-zone-euro-entre-deux-modeles/>]
- PISANI-FERRY, Jean. «The euro crisis and the new impossible trinity». *Bruegel*. [<http://www.bruegel.org/publications/publication-detail/publication/674-the-euro-crisis-and-the-new-impossible-trinity/>]
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *Du principe fédératif et de la nécessité de reconstituer le Parti de la Révolution*. Romillat, 1999.
- RAUCHWAY, Eric. *The Great Depression and the New Deal: A very short introduction*. Oxford University Press, 2008.
- RE-DEFINE. *Funding the Green New Deal: Building a green financial system*. [<http://re-define.org/sites/default/files/GEF-Funding%20the%20GND%20web.pdf>]
- REAL, Miguel. *Nova teoria do mal*. Dom Quixote, 2011.
- REICH, Robert B. *Aftersbock. A economia que se segue e o futuro da América*. Dom Quixote, 2010.
- REINHART, Carmen M., & ROGOFF, Kenneth. *This time is different: Eight centuries of financial folly*. Princeton University Press, 2009.
- REIS, José, & RODRIGUES, João [orgs.]. *Portugal e a Europa em crise*. Actual / Le Monde Diplomatique, edição portuguesa, 2011.
- RICARD-NIHOUL, Gaëtane. *Pour une fédération européenne d'états-nations; La vision de Jacques Delors revisitée*. Larcier, 2012.
- ROBBINS, Lionel. *The economic causes of war*. Howard Fertig, 1968.
- RODRIK, Dani. *The globalization paradox: Why global markets, states, and democracy can't coexist*. Oxford University Press, 2011.

- ROSEN, Michael. *Dignity: Its history and meaning*. Harvard University Press, 2012.
- ROSSI, Ernesto, & SPINELLI, Altiero. *Il manifesto di ventotene*. Mondadori, 2006.
- SARAMAGO, José. *O homem duplicado*. Editorial Caminho, 2001.
- SKIDELSKY, Robert, & WIGSTROM, Christian Westerlind. *The economic crisis and the state of economics*. Palgrave Macmillan, 2010.
- SKIDELSKY, Robert. *John Maynard Keynes 1883-1946*. Pan Macmillan, 2004.
- SPINELLI, Altiero. *Come ho tentato di diventare saggio*. Il Mulino, 2006.
- SPINELLI, Altiero. *Diario europeo*. Il Mulino, 1989.
- SPINELLI, Altiero. *La rivoluzione federalista: Scritti 1944-1947*. Il Mulino, 1996.
- SPINELLI, Altiero. *Manifesto dei federalisti europei*. Guanda, 1957.
- SPINELLI, Barbara. «Europa — La Tentazione Del Muro.» *La Repubblica*. [http://www.repubblica.it/politica/2012/02/22/news/tentazione_muro-30294783/]
- STEINER, Zara. *The lights that failed: European international history 1919-1933*. Oxford University Press, USA, 2005.
- STEINER, Zara. *The triumph of the dark: European international history, 1933-1939*. Oxford University Press, USA, 2011.
- STERLING, Robert. *The book of doppelgangers*. Wildside Press LLC, 2003.
- STEVENSON, Robert Louis. *The strange case of Dr Jekyll and Mr Hyde*. Non Basic Stock Line, 2010.
- STIGLITZ, Joseph. *The price of inequality: How today's divided society endangers our future*. W.W. Norton & Company, 2012.
- STIGLITZ, Joseph. *Freefall: Free markets and the sinking of the global economy*. Allen Lane, 2010.
- TAIBBI, Matt. *Griftopia: A story of bankers, politicians, and the most audacious power grab in American history*. Spiegel & Grau, 2011.
- TAVARES, Rui. «A Universidade Federal de Lisboa: Uma provocação.» *Europa: Novas Fronteiras* n.º 28/29 — A sociedade do conhecimento (janeiro/dezembro 2011), pp. 37-44.
- The European Council on Foreign Relations, «Four scenarios for the reinvention of Europe». *ecfr.eu*. [http://ecfr.eu/content/entry/four_scenarios_for_the_reinvention_of_europe]
- TOOZE, Adam. «Germany's unsustainable growth». *Foreign affairs*, vol. 91, n.º 5, pp. 23-30.
- TRAVERSO, ENZO. *L'histoire comme champ de bataille*. La Découverte, 2012.
- TROYAT, Henri. *Gogol*. Flammarion, 1971.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *The left alternative*. Verso, 2009.
- VAROUFAKIS, Yanis. *The global Minotaur: America, the true origins of the financial crisis and the future of the world economy*. Zed Books, 2011.
- WIENER, Antje, & DIEZ, Thomas. *European integration theory*. Oxford University Press, USA, 2009.
- ZIZEK, Slavoj. *The year of dreaming dangerously*. Verso, 2012.
- ZWEIG, Stefan. *O mundo de ontem*. Livraria Civilização Editora, 1958.



A ironia do projeto europeu

foi composto em caracteres Hoefler Text e impresso
pela Guide, Artes Gráficas, sobre papel Coral Book
de 80 g, numa tiragem de 1500 exemplares, no mês
de novembro de 2012.

